

Efeito inflacionário já causa preocupação à equipe econômica

por Cláudia Safatle
de Brasília

A equipe econômica do governo está extremamente preocupada com os efeitos inflacionários das duas decisões votadas pelos parlamentares na última sexta-feira — o novo Orçamento Geral da União e o novo piso salarial para 1989 — e adicionam às suas inquietações a possibilidade de o pacto social se desmanchar na próxima reunião, dia 14, quarta-feira vindoura.

O Orçamento Geral da União aumentou substancialmente a rolagem das dívidas externas dos governos estaduais e municipais, provocando uma diferença de CZ\$ 372 bilhões a preços de junho passado entre a proposta do governo e o efetivamente aprovado por votação simbólica no plenário do Congresso Nacional, na sexta-feira. Isso significa, na contabilidade do déficit operacional (conceituado pelo Fundo Monetário Internacional), déficit

de 0,60% do Produto Interno Bruto (PIB), que era de CZ\$ 61,224 trilhões também em junho, para os estados e municípios. Assim, esse mesmo montante é conceituado como financiamentos da União aos estados e municípios e o déficit operacional mede a necessidade de financiamento líquido de cada um dos seus componentes — governo central, empresas estatais, Previdência Social e estados e municípios.

O corte equivalente que os parlamentares fizeram no orçamento das operações de crédito oficiais — atingindo os programas de financiamento aos mini e pequenos agricultores, pelo Tesouro Nacional, já que esses produtores rurais têm difícil acesso aos créditos bancários, além dos cortes nos financiamentos à exportação — são cortes "incortáveis". Os técnicos acham que tais cortes apenas significam pressionar o governo a abrir créditos suplementares para esses dois setores, ao longo do ano que vem, inviabilizan-

do o programa de zerar o déficit público.

Simultaneamente a isso, os parlamentares votaram, no plenário da Câmara dos Deputados, também na sexta-feira passada, o novo salário mínimo para 1989, que começaria com CZ\$ 64.020,00 a partir de janeiro, com elevações mensais em termos reais de 5%. O impacto desse aumento de 15% em termos reais na massa salarial do País durante o ano de 1989, além de afetar as prefeituras principalmente dos municípios mais pobres, que em geral pagam o piso salarial, e afetar também a folha de pagamentos da administração direta do governo federal, tem um efeito direto sobre as contas da Previdência Social. A meta do governo era zerar as contas da Previdência em 1989. Com o novo salário mínimo, o reflexo líquido — a diferença entre o pagamento imediato dos benefícios pelo novo piso e o aumento das contribuições — num cálculo preliminar, seria de 1 a 1,5% do PIB.

Por essas contas, os estados e municípios sairiam de um superávit de 0,1% do PIB fixado pelo governo federal para o ano que vem para um déficit de 0,5% do PIB, que somado ao da Previdência Social geraria um déficit operacional global de 1,5 a 2% do PIB em 1989.

Para evitar o fim do programa de ajuste fiscal, o governo teria algumas alternativas: cortar mais no orçamento das empresas estatais, vetar o novo piso salarial em meio ao recurso parlamentar, e vetar o orçamento fiscal aprovado. Os três gestos são bastante complicados, pois o presidente Sarney vetaria, mas o Congresso Nacional, onde sua base de sustentação é bastante precária, poderia vetar o veto por maioria absoluta.

Toda essa situação coloca o já frágil pacto antiinflação numa encruzilhada e o governo teme que a próxima reunião entre trabalhadores, empresários e governo possa selar o fim das negociações.